

*Esse texto é a primeira parte de um artigo publicado na Naus, Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais (V1N2), editada pela Ponteditora, da Ilha da Madeira, Portugal.*

Não é raro encontrar pesquisas sobre jornalismo que trazem análises válidas de produtos, processos, conteúdos, discursos, mas com pouca sustentação histórica dos objetos investigados. Em alguns casos, os lastros históricos sequer existem. É como se os objetos de investigação surgissem do nada, e as explicações estivessem neles mesmos, aprisionadas em seus limites.

Algumas vezes, mesmo com contextualização histórica, o que se vê é a reprodução de uma narrativa profundamente oficial, sedimentada como *verdadeira* e que serve apenas para algum ornamento acadêmico. Na prática, não há exercício crítico dos processos históricos, e essa ausência compromete os próprios objetos, e não permite enxergar outros fenômenos que atravessam o jornalismo, uma das ações dos *media* e que vamos analisar nesse texto.

Em muitos trabalhos da área dos *media* surge, quase como por osmose, uma expressão que busca confortar, do ponto de vista histórico-metodológico, o pesquisador e sua pesquisa: “jornalismo de referência”. Ao recorrer a essa espécie de *mantra* como um dado natural, valida-se a investigação e, ao mesmo tempo, interdita-a colocando um ponto final que justificará, por si só, a escolha do objeto. Nesse lugar, serão acolhidas histórias referenciadas nos próprios *media*. Entretanto, quais implicações estão em jogo quando se diz que este jornal, emissora de tv, sítio noticioso é “de referência”? Trata-se de organizações de *media* consolidadas, de empresas “sérias” do jornalismo e que produzem com “qualidade”? É preciso avançar com essas questões e suas respostas.

Nesse trabalho, destacamos a importância da historicidade dos objetos no jornalismo como um caminho incontornável nas investigações, trazendo indícios ainda não percebidos e novas proposições. Recorrer as narrativas históricas é fazer emergir uma série de problemas para os objetos em análise. Todavia, arrolar a história não significa reforçar a oficialidade, ao contrário, é fundamental exercer sua crítica, até porque, no caso dos *media*, parte considerável da historiografia tem influência direta das organizações jornalísticas, em uma autorreferencialidade fantástica, empreendedora, heroica dos donos e de seus aliados ideológicos.

De saída, ressaltamos a perspectiva de Landowski (1992), de que rádio, tv, jornal, ou seja, as organizações dos *media* são, antes de tudo, empresas, com personalidade jurídica, estatuto e história fundacional; agentes que transitam nas coletividades sendo parte delas e que buscam, no espaço em que ocupam, dar ordem ao mundo. A “história fundacional” delas, assim, não é uma pedra inaugural fixada no passado, mas uma história viva, de raiz profunda, que alimenta o presente.

As empresas, ao propor a experiência do jornalismo, deixam emergir rastros históricos de suas opções políticas, econômicas, culturais. A seleção dos acontecimentos, das fontes, angulações, ancoragens está impregnada de lastros imperiosos de seus percursos. O que está expresso, e o que também não está, insere-se nas histórias das organizações de *media* jornalísticas, e esses elementos são referências pedagógicas para os sentidos.

Nessas condições, jornais, rádios, tvs são atores políticos que buscam construir o reconhecimento como referências sociais. Em razão disso, fazem circular uma imaginária autorização para que exerçam o poder de falar e de mostrar o *verdadeiro*, a *realidade*, mas segundo a lógica das organizações de *media* jornalísticas. Por isso, nomear-se de referência é um exercício político fundado na historicidade desenvolvida dos próprios meios.

Fica nítido, assim, que o jornal, por exemplo, não tem papel de um mero mediador na esfera pública, como se estivesse fora e à distância dela, desinteressado na arena política. Se enxergarmos criticamente a história das organizações, os alinhamentos econômicos e políticos, perceberemos a ausência nítida dessa isenção. A mediação pode funcionar e funciona como uma vigorosa figura retórica, para a dissimulação no sentido de proteger a promessa do *verdadeiro*. Patterson (2000) diz que os *media* noticiosos são atores políticos eficazes que buscam forçar a direção no palco das decisões das agendas públicas, transformando a política em espetáculo, produzindo a despolitização e “abalando uma condição essencial para a existência de um verdadeiro sistema democrático” (Patterson, 2000, p. 91).

Um dos resultados desse processo é o uso apressado e reducionista da expressão “jornalismo de referência”, isto é, sem levar em conta que ela está, inevitavelmente, encadeada com as histórias das organizações. É preciso discutir a configuração histórica desse jornalismo. Tomamos nesse artigo, como exemplo, os rastros das histórias dos jornais

*Folha de S.Paulo* e *O Globo*. Essa reflexão reforça, assim, a importância de considerar a análise crítica dos percursos dos meios como um dos modos de enxergar para além dos objetos em análise.

Veja a íntegra do artigo em

<https://revistas.ponteditora.org/index.php/naus>

Imagem (rawpixel) de uso gratuito em Pixabay